

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

1 Nos dias vinte e um e vinte e dois do mês de março de dois mil e vinte e quatro, de forma
2 presencial, no 1º Andar do Edifício MultiBrasil, Brasília – DF, foi realizada a 6ª Reunião
3 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Estiveram
4 presentes na reunião os/as/es seguintes membros/as/es: Agnaldo Knevez (Conselho
5 Federal de Serviço Social); Alana Elena Bispo dos Santos (Associação Nacional de
6 Travestis e Transexuais – ANTRA); Aline Luana de Oliveira Chaves (Coletivo LGBTI+
7 Sem Terra); Alisson da Silva Pereira (Ministério da Cultura); Amanda Anderson
8 (Ministério da Previdência Social); Amélia Tereza Santa Rosa Maraux (Liga Brasileira
9 de Lésbicas – LBL); Anatalina Lourenço da Silva (Ministério do Trabalho e Emprego);
10 Anderson Cavichioli (RENOSP-LGBTI); Andressa Regina Bissolotti dos Santos
11 (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania); Carla Isadora Barbosa Canto
12 (Conselho Federal de Psicologia); Cláudio Nascimento (ALIANÇA NACIONAL
13 LGBTI+); Dê Silva (Coletivo LGBTI+ Sem Terra); Deborah Sabará Alves da Silva
14 (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e
15 Intersexos – ABGLT); Débora Nogueira Beserra (Casa Civil da Presidência da
16 República); Fabian Algarte da Silva (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades –
17 IBRAT); Fernanda Costa de Lima (UNIÃO NACIONAL LGBT); Girlayne Carvalho
18 Machado (Mães da Resistência); Janaina Barbosa de Oliveira (Rede Nacional de Negras
19 e Negros LGBT – REDE AFRO); Joana Darc Silva (Ministério das Cidades); José Felipe
20 dos Santos (Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY); Jovanna Cardoso da Silva
21 (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS); Keila
22 Simpson (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – Abong); Lucas
23 Costa Almeida Dias (Ministério Público Federal); Maraisa Bezerra Lessa (Ministério da
24 Educação); Marco Antônio Torres (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
25 em Educação – ANPED); Maria Luiza Rodrigues de Aquino (Ministério das Mulheres);

26 Marilda Oliveira de Britto Cohen (Ministério das Cidades); Nilson Florentino Júnior
27 (Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República);
28 Rivânia Rodrigues da Silva (Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas
29 –CANDACES); Rodrigo Moreles Canez (Ministério do Turismo); Symmy Larrat
30 (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania); Walmir Siqueira (Central Única dos
31 Trabalhadores – CUT); Vinicius Machado Cursino (Ministério da Justiça e Segurança
32 Pública); Vitor Marcelo Almeida (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços
33 Públicos); Zezinho Bueno (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação –
34 CNTE). Estiveram presentes os/as/es convidados/as/es: Ana Carla da Silva Lemos
35 (Gerência da Política LGBTQIA+ de Pernambuco); Azilton Viana; Dayana Brunetto
36 (Coordenadora Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+); Marcelo Pires
37 Mendonça (Secretaria Geral da Presidência da República); Valdirene dos Santos
38 (Comissão Intergestores e Intergestoras da Política LGBTQIA+).

39 **Abertura da reunião – 21/03/2024:** A senhora Symmy Larrat e a senhora Janaina
40 Barbosa iniciaram a reunião apresentando as pautas: 1) Aprovação da ata da 5ª Reunião
41 Ordinária; 2) Apresentação da proposta de alteração do Processo Conferencial da
42 Comissão Intergestores e Intergestoras da Política LGBTQIA+; 3) Ampliação do período
43 de atuação da atual gestão do CNLGBTQIA+; 4) Oficina com representante da
44 Secretaria-Geral da Presidência da República; 5) Apresentação do formulário a ser
45 adotado pelos órgãos públicos; 6) Apresentação do Plano Plurianual – PPA da Secretaria
46 Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Depois da apresentação das pautas da
47 reunião, a ata da 5ª Reunião Ordinária foi lida e aprovada por unanimidade pelos/as/es
48 conselheiros/as/es presentes. Em seguida, a proposta de alteração do calendário
49 conferencial foi apresentada, os/as/es conselheiros/as/es se manifestaram no sentido de
50 reafirmar o compromisso entre governo e sociedade civil nos processos de convocação e
51 execução das conferências locais, estaduais e do Distrito Federal. Não havendo mais
52 manifestações, a Proposta de Alteração do Processo Conferencial foi aprovada pela
53 unanimidade das pessoas presentes. Ato seguinte, votou-se por deixar sob
54 responsabilidade da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ as
55 consultas jurídicas sobre a ampliação do mandato da gestão atual do CNLGBTQIA+ para
56 contemplação do período de realização da IV Conferência Nacional dos Direitos das
57 Pessoas LGBTQIA+, o que também foi aprovado por unanimidade. Posteriormente,
58 houve a apresentação dos/as/es representantes da Secretaria Geral da Presidência da

59 República acerca dos processos conferenciais realizados no último período, sobre
60 metodologias para a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o
61 que se espera desta importante construção com participação social. A pauta seguinte
62 contemplou a apresentação do formulário a ser adotado pelos órgãos públicos para
63 inclusão de informações sobre orientação sexual e identidade de gênero, apresentação
64 realizada pela senhora Dayana Brunetto, Coordenadora Geral de Promoção dos Direitos
65 das Pessoas LGBTQIA+. A senhora Dayana Brunetto informou quais agentes estão
66 envolvidos/as/es na construção do formulário, apontando que o maior desafio é a ausência
67 de dados das pessoas LGBTQIA+. No entanto, assinalou que o CadÚnico fará a inclusão
68 da pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero ainda em 2024 e as demais
69 perguntas do formulário serão acrescentadas em 2025. A senhora Symmy Larrat
70 apresentou o Plano Plurianual da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas
71 LGBTQIA+. Ela explicou que o nome escolhido para o Plano é PPA LGBTQIA+
72 Cidadania, o primeiro específico para as pessoas LGBTQIA+, com dois objetivos
73 específicos: 1) promover a empregabilidade e a geração de renda para a população em
74 situação de vulnerabilidade social; e 2) construir redes de proteção, promoção e defesa
75 para as pessoas LGBTQIA+. Foi encaminhado que todos os Ministérios sejam oficiados
76 acerca das políticas públicas voltadas às pessoas LGBTQIA+ (realizadas e planejadas) e
77 as mesmas devem ser acrescidas no Plano Decenal. Foi encaminhado, ainda, que a
78 Câmara Técnica de Articulação Institucional, junto da Diretoria, crie a metodologia e o
79 cronograma para as políticas públicas do Plano Decenal. Após a definição desses
80 encaminhamentos, foi encerrada a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos
81 Direitos das Pessoas LGBTQIA+.